

120ª SESSÃO ORDINÁRIA 03DEZ2018

(Texto com revisão.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (REDE): Passamos à

TRIBUNA POPULAR

A Tribuna Popular de hoje terá a presença da Sociedade Amigos do Guarujá, que tratará de assunto relativo à preservação do arroio Espírito Santo e de área localizada na Av. Guaíba. O tempo regimental de 10 minutos para manifestação será dividido entre dois oradores. O Sr. José Paulo de Oliveira Barros, presidente da Associação de Moradores do Bairro Ipanema, e o Sr. Eduardo Argolo, presidente da Sociedade Amigos do Guarujá, estão com a palavra.

SR. EDUARDO ARGOLO: Boa tarde, senhores, sou presidente da Associação dos Moradores do Bairro Ipanema, tenho 50 anos, há 41 anos moro naquela região, portanto, sou um apaixonado pelo bairro. Ocorre que nós estamos sofrendo uma ameaça de um empreendimento imobiliário que pretende desmatar 13 hectares de Mata Atlântica. Primeiramente, devo dizer que de forma alguma a Associação dos Moradores do Bairro Ipanema se opõe contra a iniciativa privada, entretanto, acreditamos que essas ações devam ser mensuradas, não podemos sair construindo a qualquer custo. Há pouco, a Prefeitura de Porto Alegre fez uma obra emergencial na Av. Coronel Marcos, que é a parte inversa e, sob ponto de vista de muitos, foi ineficaz. Eu não entro nesse mérito, mas o fato é que se houve uma obra é porque de fato existe uma demanda. Devido ao crescimento desordenado da região mais ao sul de Porto Alegre, Ipanema se tornou um bairro de passagem, não comportando a demanda de tráfego existente neste momento. Além desse empreendimento, trata-se de um crime ambiental, comprometendo a última reserva de Mata Atlântica e fauna inerente a essa selva urbana. O bairro não comporta mais nenhum empreendimento dessa dimensão, sem que antes sejam feitas obras que viabilizem de uma forma eficaz o problema de mobilidade que já vivemos. Penso que, além de defender os interesses da comunidade com esse movimento, defenderíamos

também a imagem da empreendedora para que não entre para a história de Porto Alegre como a empresa assassina de flora e fauna remanescentes da nossa Cidade. Muito obrigado a todos.

(Não revisado pelo orador.)

SR. JOSÉ PAULO DE OLIEVIRA BARROS: Boa tarde, senhores, gostaria de um minuto de atenção, sou presidente da Associação de Moradores do Bairro Guarujá, estou aqui representando não somente o bairro Guarujá, como os bairros do entorno, e por que não dizer de toda a cidade de Porto Alegre. A Zona Sul de Porto Alegre é conhecida por ser uma área, de certa forma, residencial e por ter uma ampla integração do homem com a natureza, sua proximidade com o Guaíba e suas grandes áreas verdes. Só que nós estamos tratando, neste caso, hoje, especificamente, vereadora, de um projeto de uma grande construtora que pretende fazer um grande empreendimento imobiliário entre os bairros Ipanema e Guarujá. Trata-se do bairro Espírito Santo, e esse é um problema, é um assunto que preocupa muito não somente a nós, moradores da região, mas deve preocupar também aos Srs. Vereadores, que são os legítimos fiscalizadores dos atos administrativos do poder Executivo. Trata-se de uma área de 12,9 hectares no bairro Espírito Santo, ao lado do Clube do Professor Gaúcho, onde nós temos centenas de espécies da flora e da fauna em extinção, ao qual foi dado um licenciamento há mais de 20 anos. Nós teremos problemas se construídos esses edifícios onde mais de mil famílias irão morar, nós teremos sérios problemas, como já disse, de prejuízo à flora e à fauna, que está num momento de procriação de animais – e nós temos uma legislação que proíbe que as máquinas entrem lá nesse momento. Pois bem, nós teremos diversos outros problemas que os senhores também já conhecem certamente por outros empreendimentos que são construídos. Nós teremos um problema de alagamento que vai trazer muitas dificuldades aos moradores daquela região. Nós sabemos que a Zona Sul, como tantos outros bairros em Porto Alegre, quando chove, vira um rio, a Cidade vira praticamente um rio. E ali nós temos um arroio, quando a tendência mundial dos países desenvolvidos ou em desenvolvimento é não canalizar arroios, Porto Alegre permite uma licença ambiental com canalização de um arroio. E esse arroio vai permitir que as águas que ali estão tenham que escoar para algum lado, as quais, certamente, vão sair para as ruas, para os locais ali nas proximidades, causando grandes transtornos. A viabilidade

urbana também – como já falei – vai ficar um caos. E, aliás, já é um caos, na Zona Sul, leva-se mais de uma hora para se chegar ao Centro da Cidade. Enfim, teremos muito prejuízo.

Mas o que queríamos pedir, preponderantemente, é que as licenças ambientais na Prefeitura sejam feitas com mais critério. Por quê? Porque essa é uma licença que foi dada com critérios adotados há vinte anos, quando a legislação era outra, a mentalidade das pessoas era outra. Hoje nós temos uma mentalidade diferenciada em relação ao meio ambiente, comparando com aquela época, as pessoas estão muito mais conscientes. Os Srs. Vereadores têm conhecimento disso e a própria classe legislativa também pensa dessa forma. Nós estamos ponderando que, se for emitida uma nova licença, que seja através da legislação atual e não dessa legislação antiga.

Nós não podemos dizer que existe uma coisa julgada; sim, sabemos que o STF deu um parecer, deu uma decisão, mas o que ficou valendo, na verdade, foi a decisão do STJ, no sentido de considerar ilegal aquela licença que foi dada, a qual não está sendo cumprida. Então, nós solicitamos aos membros da Prefeitura, da Procuradoria que examinem com rigor esse processo, no sentido de que aquele espaço não seja transformado em mais um arranha-céu. Por quê? Porque na volta, naqueles espaços ali, já foram construídos muitos empreendimentos imobiliários e foram derrubadas muitas árvores, muitos animais que ali estavam tiveram que se deslocar dali, indo justamente para essa área onde se encontra esse local de 12,9 hectares, onde uma empresa construtora pretende, sim, implantar um grande edifício. Ali é considerado o último pulmão de Porto Alegre, é considerada como uma refrigeração da Zona Sul de Porto Alegre, e, se efetivamente forem construídos esses edifícios, nós perderemos a nossa Mata Atlântica ali e certamente isso vai trazer um prejuízo a todos os moradores. Nós não podemos permitir isso. E aqui eu sou a responsabilidade dos Srs. Vereadores que têm o dever de fazer essa fiscalização. Conto com os senhores para examinarmos esse projeto e peço que seja feito um grupo de trabalho dos vereadores para podermos tratar especificamente desse tema e também de outros que virão, como por exemplo, a questão da Fazenda do Arado, que também está nas mesmas condições e é uma área muito maior que será devastada se não houver uma intervenção dos senhores. Então, gostaria de contar com o apoio de vocês, porque, com o apoio da sociedade, nós já estamos contando e certamente não podemos nos tornar uma

massa de concreto como São Paulo, Minas Gerais e outros lugares. Muito obrigado pela atenção e contamos com todos vocês.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (REDE): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADORA FERNANDA MELCHIONNA (PSOL): Boa tarde, quero cumprimentar o Sr. José de Oliveira, presidente da Associação dos Moradores do Bairro Guarujá; o Sr. Eduardo Argolo, presidente da Associação dos Moradores do Bairro Ipanema; quero cumprimentar, em nome da bancada do PSOL, do Prof. Alex Fraga, que esteve na reunião sobre a Fazenda do Arado, em nome do Ver. Roberto Robaina, essa mobilização importante que vocês fizeram. Se vocês não tivessem feito a mobilização em novembro, infelizmente eu tenho a impressão de que não teria tido a suspensão desse verdadeiro crime ambiental. Então, quero parabenizar pelo passado que foi encabeçado por vocês, pelos moradores desses bairros importantes, que não são só os dois mencionados, mas também o bairro Espírito Santo e outros do entorno. E, sobretudo, quero comprometer a nossa bancada com essa luta do presidente, para que não se perca essa decisão judicial e, ao mesmo tempo, consigamos montar mais que um grupo de trabalho, que é uma excelente ideia, mas uma fiscalização permanente para a Prefeitura, para que esse verdadeiro crime não seja liberado. Quero cumprimentar também os municipais e as municipais da cidade de Porto Alegre que estão aqui conosco nessa luta contra a retirada de direitos e que certamente são nossos parceiros na luta em defesa do meio ambiente.

E dizer que os riscos são muito grandes. A gente sabe a quantidade de espécies que estão em risco de extinção e que estão ali na Mata Atlântica, nesses 13 hectares, os riscos que há para o microclima da região uma obra desse empreendimento, o risco de alagamento na Av. Juca Batista e em outras avenidas do entorno, com uma devastação dessa natureza, além dos temas de infraestrutura, pois o bairro vai ser adensado de uma maneira brutal, sem as contrapartidas. Infelizmente, sabemos que há uma combinação de tudo para as empreiteiras e nada para a população de Porto Alegre, já foram várias obras com essa lógica e, ao mesmo tempo, com riscos irreparáveis. Quando falamos em termos

de devastação ambiental, são riscos que não se pode mensurar em termos de valores; há que se mensurar em termos de gerações, ainda mais nessa situação de aquecimento global por que passa o planeta. Então, parabéns pela mobilização de vocês. Contem conosco! Eu, a partir de 1º de fevereiro, estarei lá no Congresso Nacional, mas a bancada, aqui, é combativa e nós estaremos juntos defendendo o direito do povo da Zona Sul da nossa cidade.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (REDE): Registro a presença do Ver. Valdemir Papado, do PTB, de Vacaria. Seja bem-vindo, vereador, sinta-se em Casa.

A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento, pela oposição.

VEREADORA SOFIA CAVEDON (PT): Ver. Mauro, saúdo V. Exa., presidindo os trabalhos. Quero cumprimentar e dar as boas-vindas ao Barros, já nos encontramos em tantas lutas, acho que se tivemos sucesso aqui no CETE, quem sabe não repetiremos o mesmo, não é? Cumprimento o Argolo, pois Ipanema e Guarujá estão mobilizadíssimos. Estive em uma manifestação, pude estar em uma das caminhadas. Quero, primeiro, afirmar – eu estava viajando, mas sei que houve uma reunião da COSMAM – e concordar com os senhores, 18 anos depois, estou aqui com o comunicado da Maiojama, onde diz que esse assunto não é de hoje, que eles realizaram uma audiência pública em janeiro de 2000. Nós estamos em 2018, 18 anos depois, nós já passamos por revisões no Plano Diretor, aqui na Cidade, aumentamos a área verde, aumentamos o recuo dos jardins. Nesse tempo, há a compreensão de que a Cidade precisa ter mais atenção nos licenciamentos, que o governo municipal tem muita força no licenciamento, que não é a letra fria da lei que vai dizer o que é possível construir, que tem que haver uma mediação, é inaceitável que a Prefeitura estabeleça R\$ 3 milhões de compensação por supressão de árvores. Que dinheiro é esse que vai compensar? Como que vai compensar tamanho arboricídio que vai acontecer lá em Ipanema, Espírito Santo, no finalzinho da Av. Guaíba? Isso vai impactar aquela região, o trânsito daquela região, que é muito conflagrado por ter uma única via à beira do Guaíba, porque Ipanema é procurado por toda a Cidade nos finais de semana. Na verdade, a Prefeitura não licenciou, na minha opinião, de forma

correta, nem na época, e deveria aproveitar a oportunidade de levar todo esse tempo o questionamento do MP para zerar esse licenciamento e construir um novo projeto. E acho que esta Câmara tem força política para exigir isso do governo municipal, atendendo aos apelos da comunidade mobilizada da Zona Sul, e não é só da Zona Sul, é um movimento que está olhando para Ipanema, é da Cidade inteira, porque Ipanema é nossa, é patrimônio nosso. Quero dizer, por fim, que estranho esse tipo de compensação, porque, quando caminhamos por Ipanema, sentimos o cheiro de esgoto, a água dos arroios, e vocês aqui dizem da preservação do arroio Espírito Santo: preservação e saneamento que nós temos que exigir. E é isso que tem que ser a contrapartida para a água chegar limpa em Ipanema, onde eu vi crianças tomando banho, pessoas andando de barco, de *jet ski* e estão jogando esgoto dentro da praia de Ipanema. Que licenciamento é esse que faz a Prefeitura, que não está enxergando o crime ambiental e o crime humanitário que acontece ali, apesar de todo o investimento socioambiental?

Então eu quero dizer que a luta, justíssima, é uma grande oportunidade para a Prefeitura rever o licenciamento e beneficiar a região como ela tem que ser beneficiada, e só acerta se ouvir os moradores. Parabéns pela mobilização de vocês, contem com as nossas bancadas do PT e PSOL. Estou falando em nome da oposição. (Palmas.)

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (REDE): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo o nosso Presidente, Ver. Mauro Pinheiro, e saúdo os nossos convidados da Tribuna Popular desta tarde, José Paulo de Oliveira Barros e Eduardo Argolo. A Sociedade Amigos do Guarujá traz o tema da preservação do arroio Espírito Santo na área localizada na Av. Guaíba. E quem não conhece? É uma área de preservação que não deixa de ser parte do pulmão humano da nossa Cidade. Eu queria dizer aos senhores e às senhoras que estão acompanhando que uma licença ambiental não pode se sobrepor a uma lei federal. E a Lei Federal nº 11.428, de 2006, obviamente diz isso. Importante nós nos debruçarmos sobre isso nem que tenhamos que entrar na justiça impedindo essa liberalidade, eu diria, de um projeto que, enfim, as suas compensações são muito pífiás, muito irrisórias diante de uma realidade tão importante,

que é manter a preservação, não só da flora e da fauna, como também de uma área que dialoga com a saúde pública, que dialoga com a qualidade de vida, que dialoga com a preservação e com uma série de questões para a nossa Cidade. Enquanto a Câmara, muitas vezes, não consegue rever o processo, como teve audiência pública aqui na COSMAM, é natural entrar na justiça. É natural fazer esse movimento, no qual os senhores e as senhoras envolvidos neste momento, fazer o que estão fazendo, indignar-se com uma posição do Prefeito Municipal, que é claro e preciso, aqui na Câmara, como mostram os projetos que chegam aqui, como mostram os projetos que acabam beneficiando o grande empresariado. Ele não governa para os pobres, ele governa para os ricos. Portanto, a resistência é fundamental. Uma boa sorte, e podem contar com a bancada do PT. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MAURO PINHIRO (REDE): Agradeço a presença de todos. Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 14h40min.)

PRESIDENTE MAURO PINHIRO (REDE): (14h41min) Estão reabertos os trabalhos.

O Ver. Cassio Trogildo, na condição de líder da bancada do PTB e nos termos do art. 218, § 6º do Regimento, solicita Licença para Tratamento de Saúde para o Ver. Dr. Goulart, no período de 29 de novembro a 12 de dezembro de 2018. A Mesa declara empossado o Ver. Rafão Oliveira, nos termos regimentais, em função da impossibilidade de o suplente Luciano Marcantônio assumir a vereança, e integrará a Comissão de Urbanização, Transportes e Habitação – CUTHAB.

Esta presidência faz um Requerimento solicitando a alteração da ordem dos trabalhos para que possamos, imediatamente, entrar no período de Pauta. Após retornarmos à ordem normal. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Passamos à

PAUTA

A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADORA SOFIA CAVEDON (PT): Boa tarde, colegas municipais, municipais, que lutam, que vêm aqui ao final do ano. Na Pauta estão projetos que, mais uma vez, estão no pacote do final do ano, mobilizando uma categoria que poderia e deveria estar terminando o ano letivo, o ano de trabalho com tranquilidade, esperando o seu 13º salário, organizando as suas férias, mas que, infelizmente, há pautas que vêm de encontro aos seus interesses, à valorização do funcionalismo público, e precisam estar presentes aqui. Nós somos solidárias e, no que pudermos, estaremos combatendo nesta tribuna a intenção do governo de alterar a previsão de 30 horas para o funcionalismo público agora, final de ano, que, de novo, demonstra uma falta de respeito, de diálogo com a categoria e com a Cidade. Nós já dissemos, desde que esse projeto entrou nesta Casa, que não dá para alterar desta maneira. Quer alterar o regime de trabalho dos servidores? Estabeleça uma mesa de negociações com a categoria, uma mesa de diálogo de verdade, uma mesa colocando os seus projetos, suas propostas, a intencionalidade, a consequência em cada cargo, o respeito com a carreira, que não existe, porque a carreira está congelada, congelados os salários, congeladas as promoções, parcelados os salários, sem perspectiva de futuro e de valorização. E ainda vem insistir em retirar a regra básica do funcionalismo, que é a entrada por 30 horas, uma vez que derrotado foi nos regimes de trabalho. E nós sabemos que esse é o caminho que o governo quer percorrer até acabar com os regimes, acabar com a convocação de dedicação exclusiva. Não cansa o prefeito municipal de atacar os municipais e não aprende, com toda luta e comissão, toda contundência desta Casa, da luta de vocês, que ele precisa estabelecer diálogo. Eu estava vindo para cá e ouvindo o rádio, o presidente da Unimed Federação foi dar uma entrevista para tratar do Theatro São Pedro e a primeira coisa que ele resolveu fazer foi dizer: “Já que esse programa é um programa da verdade, quero dizer que esta Cidade está um caos!” O presidente da Unimed Federação dizendo que pior nunca viu, nunca viu tamanho desmando na Capital, se queixou da EPTC, se queixou da organização da Cidade, da falta de perspectiva, então não somos nós, não é o PT, não é a oposição que está dizendo: “Prefeito, para de atacar, mostra competência, governa,

apresenta alternativas”. Pelo jeito, o governo só sabe apresentar fórmulas para tentar privatizar o serviço público.

Um dos projetos que está aqui não é de adoção de praças e parques, é de concessão de praças e parques. Entrega para a iniciativa privada a gestão das áreas públicas. Será que é para isso que o prefeito foi eleito? Se é para ser um síndico de massa falida, para fazer leilão, não precisa fazer eleição, a gente contrata qualquer um. Porto Alegre não é uma massa falida, prefeito Marchezan; Porto Alegre tem um gestor incompetente que não tem amor à política pública, que veio com um único e exclusivo objetivo: privatizar a riqueza pública. Está aqui a luta do DMAE, eles não venceram, não convenceram ninguém de que tinha que abrir para PPP, e ele foi à justiça, porque não sabe perder, não sabe reconhecer quando uma cidade dá o recado, quando uma cidade preza seu patrimônio, quando uma cidade sabe o valor das políticas públicas. É tão vergonhoso o resultado dessa gestão que está nos jornais e nas rádios! Hoje, o governo dando explicação por que não consegue proceder a arrecadação do ITBI, não consegue lançar o imposto de transmissão de apartamentos, de prédios, de casas: é porque 30 funcionários da Fazenda abriram mão da FG, largaram as chefias pelos desmandos, pelo descontrole, pela falta de política... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (REDE): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADOR REGINALDO PUJOL (DEM): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, a decisão do plenário de permitir que, pela inversão da ordem dos trabalhos, nós pudéssemos já hoje examinar, em 1ª sessão, vários projetos contidos na discussão preliminar da matéria foi muito acertada. Tantos são os projetos que eu acho que a Ver.^a Sofia se enganou, porque alguns dos projetos a que aqui ela se referiu não estão incluídos na Ordem do Dia. De qualquer sorte, Sr. Presidente, eu venho à tribuna para dizer da conveniência de que vários dos projetos aqui contidos sejam seriamente examinados para que possam, com a maior brevidade possível, ser objeto da consideração da Casa. Entre eles, tenho que destacar, de forma muito expressiva, o que diz respeito ao pagamento do 13º salário aos servidores municipais através do expediente

já utilizado pelo governo do Estado em algumas oportunidades, qual seja a contratação de empréstimos que serão pagos pela Prefeitura, que irá cobrir não só o principal como também os juros, o que ensejará que os servidores do Município possam, ainda neste ano, se nós tivermos celeridade, receber esses valores que lhes são constitucionalmente devidos e que, por absoluta impossibilidade de assim proceder, os municípios brasileiros não vêm fazendo: cumprir essa disposição – que, inclusive, no caso porto-alegrense, também é referida na Lei Orgânica do Município – de pagar o 13º salário até uma determinada data, que seria exatamente o dia 20 do corrente mês, que agora se inicia objetivamente.

Por isso, Sr. Presidente, a presença dessa proposta junto a várias outras também relevantes, como é o caso do projeto de lei do Executivo municipal, que quer contratar parceria público-privada para a prestação dos serviços de iluminação pública no Município de Porto Alegre e também está a merecer atenção, assim como várias outras, inclusive, de origem legislativa, aqui constantes. Seria conveniente, inclusive, Sr. Presidente, que, se possível fosse, nós realizássemos ainda hoje uma sessão extraordinária para que pudesse cumprir o segundo dia de Pauta dessas propostas aqui constantes em número bastante apreciável, e, com isso, ficar em condições de, quem sabe amanhã mesmo, merecer da Comissão de Constituição e Justiça uma definição a respeito da mesma, a respeito da legalidade e da regimentabilidade do conteúdo dessa matéria. Era isso, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (REDE): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Presidente Mauro Pinheiro, colegas vereadoras e vereadores, senhoras e senhores, servidores públicos municipais aqui presentes, sejam todos bem-vindos. O importante na atividade parlamentar é a nossa coerência. Dias atrás, eu falava aqui, inclusive, sobre essas questões e mostrava que nós não podemos ter atitudes cretinas, oportunistas, populistas. Nós temos que manter a nossa coerência. Quando nós dissemos aqui que apoiamos o servidor público no projeto A, B ou C, tem que ser dito aqui, tem que ser dito na Comissão, tem que ser dito na rua. Eu sei que tem

uma fofoca sobre a questão POAPrev. Quem anda fofocando, não me interessa! Aquilo que eu votei aqui, será votado sempre, sempre e sempre. Logo eu vou discutir aqui, por exemplo, a parceria público-privada na iluminação pública. A lei federal surgiu durante a gestão de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2004, logo em seguida, o Rio grande do Sul efetivou a lei das parcerias público-privadas aqui no Estado do Rio Grande do Sul. Em Porto Alegre, nós temos a mesma legislação. Quando tive a grande oportunidade de conduzir a 37ª Expointer no Parque de Exposições Assis Brasil, no dia 16 de dezembro de 2014, nós colocamos na rua uma proposta de parceria público-privada para assumir quase 30 hectares dos 140 hectares do Parque de Exposições Assis Brasil, uma parte completamente devoluta que o Estado não tem, não tinha e não terá qualquer condição de fazer alguma coisa lá. A licitação foi colocada na rua, houve um vendedor e, já na gestão do Sartori, ele assinou o contrato com essa empresa. No entanto, ontem, fiz uma longa pesquisa e, infelizmente, nós vamos chegar aos oito anos para que as obras fossem feitas e não sei se serão feitas. Aqui, o governo municipal nos apresenta a parceria para iluminação pública. É bom lembrar que a Prefeitura, através da então Secretaria Municipal de Obras, modificou a iluminação em Porto Alegre, melhorando a condição da iluminação, das antigas lâmpadas para uma lâmpada mais moderna, e agora seria utilizada as lâmpadas LED. Se for efetivamente observado e na discussão pudermos fazer o debate com pequenas modificações, pessoalmente, vou dizer que mantenho a coerência que sempre tive, defendi a parceria público-privada nessas questões de obras e infraestrutura tanto aqui quanto no Estado do Rio Grande do Sul. Votei, dias atrás, contra uma tentativa de parceria de se imiscuir na área da educação e da saúde, coisas que acho que, naquele caso, têm que ser competência exclusiva do governo, do poder público municipal, são coisas completamente diferentes. Quando se faz uma estrada, e o empreendedor coloca na frente o seu dinheiro, faz a estrada, faz a ponte, pode cobrar pedágio dentro dos limites que a lei lhe garante. Aqui, se o empreendedor modificar a iluminação, se fizer as obras necessárias, nós vamos votar favoravelmente porque aquilo que eu fiz no governo do Estado, quando gestor público do Parque de Exposições Assis Brasil, eu não posso mudar a minha opinião só porque sou da oposição ao governo municipal. Se o projeto que estou estudando, e eu tiver a convicção, como tenho até o momento, que ele está correto, votarei favoravelmente. Não tenho duas caras. Obrigado. (Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (REDE): O Ver. Alvoni Medina está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ALVONI MEDINA (PRB): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; público que nos assiste nas galerias e pessoal que nos acompanha pela TVCâmara; venho aqui em nome da bancada do PRB para destacar a data de hoje, dia 3 de dezembro, o Dia Internacional da Pessoa com Deficiência. O Dia Internacional da Pessoa com Deficiência foi instituído pela Organização das Nações Unidas em outubro de 1992. A partir de então, a cada ano, no dia 3 de dezembro, é estimulada uma reflexão sobre os direitos da pessoa com deficiência, tanto na instância nacional como na municipal. Aproveito para perguntar aos meus nobres colegas e a todos: vocês sabiam que quase 24% da população possui algum tipo de deficiência? No Brasil, cerca de 45 milhões de pessoas têm algum tipo de deficiência, o que equivale a 23,9% da população em geral. Segundo dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, essa deficiência pode ser visual, auditiva, física, mental ou múltipla. Aqui no Município, não é diferente: Porto Alegre tem 23,87%, cerca de 336 mil pessoas com, pelo menos, um tipo de deficiência.

Nos últimos anos, ocorreram alguns avanços com a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, conhecida por LBI, que garante mais direitos às pessoas com deficiência e prevê punições para atos discriminatórios. No nosso Estado, já está na Assembleia Legislativa para votação a lei gaúcha da acessibilidade e inclusão da pessoa com deficiência no Rio Grande do Sul, fruto de um trabalho de três anos. A proposta de lei é reduzir a relação de mero assistencialismo do aparato público com as pessoas com deficiência e ampliar o acesso aos processos da administração estadual. Como desafios, a lei deve promover novos direitos que fortaleçam as estruturas oferecidas com a revisão de leis municipais, fazer uma divulgação ampla da lei para toda a sociedade e aumentar a participação de conselhos e entidades em todas as esferas. Mas ainda temos muito a fazer, e a bancada do PRB tem dedicado atenção especial às pessoas com deficiência, com ações e projetos de minha autoria e do Ver. José Freitas. E também aqui, neste Legislativo, temos a Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, espaço que visa ampliar as políticas públicas e desenvolver um meio de

diálogo com esta população. Precisamos trabalhar em conjunto com os conselhos e entidades que atuam na causa, para juntos construirmos uma cidade mais humana e inclusiva. Lembrando também que hoje, a partir das 17h, aqui na orla do Guaíba, nós teremos o início de atividades para as pessoas com deficiência. Agradeço o carinho de todos, um forte abraço. Contem conosco.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (REDE): O Ver. Paulo Brum está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR PAULO BRUM (PTB): Sr. Presidente, Ver. Mauro Pinheiro; Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores; quero cumprimentar o Ver. Alvoni Medina pela sua manifestação. Hoje, 03 de dezembro, comemoramos o Dia Internacional das Pessoas com Deficiência. Uma frase foi retirada da ONU, no encontro mundial onde se reuniram diversas associações, entidades que trabalham e lutam em prol da inclusão social das pessoas com deficiência, que ficou marcante para nós que buscamos a inclusão social: “Nada sobre nós, sem nós”, ou seja, em todas as decisões que vierem a serem tomadas em prol das pessoas com deficiência, primeiro, devem ser ouvidas essas próprias pessoas. Portanto, hoje, Sr. Presidente, faço este registro, porque estamos, sim, marcando, mais uma vez, o nosso processo para difundirmos as nossa vitórias e para clamarmos, sim, pela conscientização e pela efetivação dos nossos direitos.

Com esse intuito, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Esporte e o Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência elaboraram uma programação para marcar o dia 03 de dezembro, com o objetivo de conscientizar a sociedade para oportunidades igualitárias, especialmente na questão da deficiência, da acessibilidade, tanto em termos de arquitetura como da atitude das pessoas. Friso que é muito importante também a participação dos cidadãos na colaboração para as políticas públicas voltadas às pessoas com deficiência. A programação de hoje se inicia com a plenária especial do Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência – Comdepa, de Porto Alegre, às 14h, e segue com atividades no píer da orla do Guaíba a partir das 17h. Hoje, às 17h30min, será lançado o projeto Mil Brinquedos mil Sorrisos, em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a instituição

pág. 13

Tecnologia. As atividades também contam com a pareceria do Ministério Público, do Ministério do Trabalho, Sindilojas e da Amrigs; no píer da orla do Guaíba de 03 a 07 de dezembro, das 17h às 20h, será realizado o Porto Orla Acessível, um espaço com tendas para promoção dos direitos das pessoas com deficiências, da inclusão social e outras atividades. Também serão disponibilizadas informações sobre os direitos trabalhistas, cidadania, distribuição de material informativo, camisetas, *pockets shows*. A data de 03 de dezembro, instituída pela Organização das Nações Unidas, em outubro de 1992, incentiva a reflexão sobre os direitos da pessoa com deficiência em todas as instâncias do Estado, propondo a ampliação do acesso das pessoas com deficiência em todos os segmentos da sociedade para assegurar-lhes uma melhor qualidade de vida. Portanto, essa é a programação que a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Esporte e o Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência de Porto Alegre elaborou para marcar, para registrar o Dia Internacional da Pessoa com Deficiência – às 14h, como já falei, uma plenária especial do Comdepa no auditório da Prefeitura, na Rua Siqueira Campos, nº 1.300, 14º andar; às 17h, o Porto Orla Acessível, serviços e informações no píer da orla do Guaíba; às 17:30h, lançamento do projeto Mil Brinquedos, Mil Sorrisos; às 18h, *show* do Bruno Schafer também no píer!

Portanto, Sr. Presidente, faço este registro e já peço a V.Exa. autorização para poder representar a Câmara Municipal, às 17h, nesta programação na orla do Guaíba, que frisa e marca o dia 03 de dezembro como o Dia Internacional das Pessoas com Deficiência.

Obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Valter Nagelstein assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (MDB): Obrigado, Ver. Paulo Brum. Sem dúvida, a Câmara estará muito bem representada, e essa luta é muito importante. Muito obrigado. O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Nobre Presidente, colegas vereadores e vereadoras, público que acompanha a nossa sessão nesta tarde, sejam bem-vindos, senhoras e senhores; o atual governo municipal surpreende novamente a Câmara

Municipal, como fez no ano passado. Agora surpreende na medida em que manda projetos que está priorizando tanto para comissões conjuntas, como também projetos de tramitação normal da Casa para aprovarmos agora, no mês de dezembro. E alguns projetos chegam a indignar o bloco de oposição aqui na Câmara, porque, infelizmente, ele insiste não só em tirar conquistas do funcionalismo, como também reduzir e taxar o conjunto da população. E vou dizer quais são os projetos. Se nós olharmos, por exemplo, a redução do ISSQN para o transporte coletivo, para os empresários, nós vemos que, ao mesmo tempo, não sinaliza para baixar o valor da passagem, beneficiando o rico, o empresariado, taxando a população, os trabalhadores, os mais pobres. Na medida em que ele, no Dia Internacional da Pessoa com Deficiência, que é hoje, dia 03 de dezembro, prioriza projetos para reduzir, Ver. Paulo Brum, o número de passagens para as pessoas com deficiência, inclusive retira de um dos projetos que ele está priorizando a passagem dos cidadãos e cidadãs que têm de 60 a 64 anos. Portanto, se nós observarmos os projetos que o governo está priorizando, ele, de fato, acaba taxando o trabalhador, a população mais pobre e privilegiando o empresariado, isto é, os mais ricos. Na peça orçamentária que nós vamos discutir provavelmente hoje, motivo pelo qual muitos dos senhores e das senhoras estão aqui, foram apresentadas 137 emendas. Os senhores sabem quantas emendas o relator aceitou? Vinte e sete emendas. São 110 emendas que nós vamos discutir neste plenário, de autoria de uma infinidade de vereadores, porque, ao nosso ver, muitas dessas emendas dialogam com o drama, com a necessidade, com a importância das comunidades de Porto Alegre e ficaram fora da priorização do governo municipal. Não foi por acaso, por exemplo, que ele extinguiu o Orçamento Participativo, foi para não dialogar com o conjunto da sociedade na medida em que ela decide as obras regionais ou de bairro que a comunidade prioriza a cada ano. Pois então, o governo hoje, na peça orçamentária, é mais do que fictício, ele dialoga novamente com os grandes, porque ele prioriza, por exemplo, a publicidade com mais de R\$ 30 milhões, prioriza, por exemplo, as consultorias com milhões de reais e não dialoga com a nova unidade de saúde, com a nova creche, com a nova escola, e assim por diante, que têm que ser construídos. Portanto, esse governo não é para os pobres, não é para os trabalhadores, esse governo mostra claramente, na peça orçamentária, que ele despreza o conjunto da sociedade na medida em que ele não dialoga somente com a sociedade, mas acaba priorizando projetos que descarregam os recursos fundamentais da peça orçamentária

para programas que não são de inclusão, que não são de motivação do conjunto de necessidades da Cidade. Portanto, hoje é o dia de fazermos o debate e mostrar claramente que esse governo está perdido. E, se nós perguntarmos qual é a marca do governo Marchezan, todos vão dizer que é o descaso com a Cidade e a burocracia que todos nós enfrentamos no dia a dia. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (MDB): O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (PT): Sr. Presidente, boa tarde a todos e todas, quero cumprimentar especialmente as pessoas que assistem a sessão nesta tarde de segunda-feira, agradecer à Ver.^a Sofia Cavedon, nossa líder da oposição, que me cede este espaço aqui, falando em nome dos partidos de oposição PSOL e PT.

A Ver.^a Sofia me lembrou aqui de um tema que não está nas comissões conjuntas, mas é um tema que retrata a falta de gestão, a falta de diálogo do prefeito Marchezan com a Cidade. E aí traz essas soluções baseadas na privatização, inclusive, dos espaços públicos da Cidade. Nem quero repetir aqui o tema das privatizações em geral, quero focar aqui num projeto de lei que está tramitando aqui na Câmara, que trata de privatizar as praças e parques da nossa Cidade. Vejam, o conceito de chamar a população, as entidades organizadas para ajudar a gerir a Cidade é um conceito de cidadania. Não tem problema nenhum em convocar os cidadãos e cidadãs, as associações e até as empresas. Não há nenhum conteúdo ideológico contra o empresariado, como muitas vezes querem fazer acreditar que os partidos de esquerda são contra o empresário, que tem uma visão nacionalista. É óbvio que o empreendedor deve ser defendido e tem o seu valor por empreender. Mas aqui, o projeto, ao permitir que essas praças e parques possam ficar na mão e ser exploradas economicamente, inclusive, controlando a passagem, vocês pensem a gravidade disso. Uma praça e parque poderão ser controlados, você poderá ser impedido de entrar numa praça pública, num parque da Cidade, porque o privado que está ali – se o projeto for aprovado – pode controlar quem entra e quem sai.

Vejam, se o prefeito ainda tivesse algum tipo de moderação, já que seria um política inicial, experimental, poderia ter pensado que essa entrega ao privado fosse uma entrega por um tempo curto, talvez dois anos, um ano, para testar a política. Não, o projeto prevê mais de trinta anos. Entregar para o privado gerenciar um espaço público por trinta anos! Então, não tem como concordar. Não tem moderação nenhuma, não tem sequer um bom senso em reconhecer que seria uma política, na sua visão, correta, mas experimenta por pouco tempo, não por trinta anos. Então, fica aqui já o nosso alerta para que a Cidade desde já se movimente, reaja contra esse ataque privatista. E quero aqui fazer sempre a ressalva de que não somos contra que as pessoas, os cidadãos e as cidadãs sejam ligados a uma associação ou que não sejam ligados a nada, sejam independentes, sejam empreendedores e participem da vida da Cidade. Não é esse o tema. Está aqui previsto, tirava a dúvida com o nosso Diretor Legislativo, mais uma vez, chega o ataque central que o prefeito Marchezan faz ao serviço público da Cidade. Mais uma vez encaminha um projeto tentando mudar a Lei Orgânica, prevendo as 40 horas semanais. Eu lembro aqui, nesse último um ano e meio, Ver. Oliboni, que esse era o projeto que conseguia reunir todos, praticamente. Eu lembro aqui da fala do Cassiá e de outros vereadores, inclusive vereadores da base do governo, que até cogitavam votar a favor de projetos do governo, como o da Previdência e outros, mas nesse projeto não. Esse projeto mexe na carreira, retira o rendimento, desestabiliza todo o serviço público da Cidade, esse era o projeto central que unia vários vereadores da situação e da oposição. Pois bem, o prefeito, agora no final do ano, mais uma vez, vem com o mesmo projeto. Então, realmente, o prefeito dá sinais trocados, uma hora diz que quer dialogar, procura as bancadas, dá um gesto de que parece ter entendido o recado dos dois primeiros anos da sua gestão, da sua intransigência, mas, de novo, chega com um projeto que desestabiliza a Câmara e, obviamente, reagiremos fortemente. Então, seremos contra, novamente, a mais um ataque do prefeito municipal. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (MDB): O Ver. João Carlos Nedel está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR JOÃO CARLOS NEDEL (PP): Ilustre Presidente Ver. Valter Nagelstein, vereadores e vereadoras; eu ouvi o discurso do Ver. Aldacir Oliboni, aqui, falando sobre o orçamento. Não é fácil ser relator do orçamento numa Cidade em que o déficit previsto é de R\$ 918 milhões. E aí vêm os nossos bons colegas e apresentam 137 emendas para aumentar o déficit ainda mais. Meus colegas, deem licença, mas se tira verba orçamentária para ir para outro lugar, o governo tem que repor essa verba, e aumentará o déficit. Ora, é simples: sai o dinheiro do mesmo lugar. Então, é muito difícil ser relator do orçamento. Cento e trinta e sete emendas, e o Ver. Aldacir Oliboni diz que nós aprovamos vinte e poucas. Foram 29, Vereador, no valor de R\$ 2,920 milhões, que nós aprovamos aqui, inclusive uma sua de R\$ 200 mil. E as outras que o senhor colocou não tinham projeto, vereador. Então, dá licença, V. Exa. tem a experiência de que não pode fazer emenda parlamentar sem a existência de um projeto. E, assim, V. Exa. falou sobre a publicidade. Naturalmente V. Exa., como vereador desta Casa, e eu peço aqui para passar no telão, a Prefeitura abriu uma licitação para agências de publicidade, e, pela lei, vereadores, uma licitação futura tem que ter verba orçamentária. Se os vereadores vão tirar essa verba, cai por terra a licitação – muito simples. Tem que ter verba orçamentária! Essa verba é para o próximo ano, então, se tira verba da publicidade legal, cai por terra – e uma licitação de várias páginas. Só a publicidade dessa licitação já foi cara.

Então, senhoras e senhores, eu lamento. Nós aprovamos 29 emendas de R\$ 2,920 milhões; uma do Ver. Aldacir Oliboni; três do Ver. João Bosco Vaz; duas deste relator, que foi justamente para corrigir duas emendas; nove emendas do Ver. José Freitas no valor de R\$ 1,561 milhão; cinco emendas do Ver. Márcio Bins Ely; uma emenda do Ver. Mendes Ribeiro; três emendas corretivas do Ver. Moisés Barboza; duas emendas da Ver.^a Mônica Leal; duas emendas do Ver. Prof. Alex Fraga; e uma emenda da Ver.^a Sofia Cavedon. E tristemente, vereador, foram destacadas cento e oito emendas. Eu quero ver quando nós vamos terminar essa votação, que deve começar, se possível, hoje e terminar hoje, ou, se não der, no máximo na quarta-feira. Então, por favor, vereadores, eu trabalhei sábado e domingo, dialoguei com o Executivo, e uns vereadores que aprovaram nove emendas querem aprovar mais dez! E lá se vai o déficit orçamentário! Senhoras e senhores, nós não estamos brincando, o déficit é real, é real! Se nós não diminuirmos esse déficit, diminuindo as despesas ou aumentando a arrecadação, o percentual, atenção, senhores, pelos meus cálculos, o percentual do índice da receita com relação a

peçoal, que hoje, pela Secretaria do Tesouro Nacional, já chega próximo a 50%. Se o déficit for real, de R\$ 911 milhões, esse percentual vai atingir, pelos meus cálculos, 57%, ultrapassando os 54%, o limite máximo. Portanto, nós devemos ser responsáveis pelas verbas públicas do nosso orçamento. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (MDB): Apregoo processo SEI nº 44.00017/2018-61, de autoria do Ver. Paulo Brum, que solicita representar esta Casa na abertura da ação “Porto Orla Acessível”, no dia 03 de dezembro de 2018, às 17h, no atracadouro Orla do Guaíba, na Usina do Gasômetro, Porto Alegre – RS.

O Ver. Moisés Barboza está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB): Presidente, obrigado. Boa tarde colegas e todos que nos acompanham na tarde de hoje. Eu subo aqui, apenas, para fazer um esclarecimento. Em primeiro lugar, gostaria de solicitar ao Ver. Oliboni que fizesse uma correção nas suas notas taquigráficas. O Ver. Oliboni cometeu um erro, quando diz que o projeto que está aqui, o de renovação do ISS, é para os empresários. Essa foi a sua frase, vereador. A renovação que está aqui é aquela renovação que sempre veio a esta Casa para o usuário do transporte público. Se nós não votarmos e aprovarmos isso, a tarifa aumentará em R\$ 0,12 automaticamente, em janeiro. Bom, vereador, eu estou fazendo um esclarecimento e gostaria de solicitar que o senhor corrigisse o que disse, pois o senhor disse que é uma isenção para os empresários do transporte público. Não procede! A segunda correção que eu queria fazer aqui é sobre o que o Ver. Marcelo Sgarbossa falou sobre o projeto das praças e parques. Nós temos estabelecido, no projeto, que fica autorizada a cobrança de ingresso pela concessionária para acesso às áreas fechadas dos parques urbanos, quando tenham sido realizados os investimentos substanciais pela concessionária. Toda e qualquer concessão ou contrato será fruto de licitação pública. Então, haverá muito debate. Nós aqui temos de lembrar Porto Alegre, e, se não aprovamos uma lei que permita investimentos como o pedalinho da Redenção... Hoje, o pedalinho, áreas como temos aqui na Redenção, como restaurantes, que existiam dentro dessas praças, nós não podemos hoje fazer, porque não temos uma legislação que autorize ser feito algo privado. E nós aqui, todos aqui, que curtem Porto Alegre a vida

pág. 19

inteira, lembram e devem ter levado inclusive familiares, crianças ou terem ido aos pedalinhos, ao restaurante que existia na Redenção. Então, nós estamos aqui fazendo a questão legal, mas tudo será por processo licitatório. E os ingressos, se porventura ocorrerem, serão nas áreas fechadas que, eventualmente, forem fruto de investimento disso, mas não ficar fazendo uma interpretação que alguém vai privatizar uma praça inteira, que, para entrar, tem que pagar ingresso. Eu quero deixar muito claro isso, senão fica muito fácil, para as pessoas que não têm a informação, que não leram o projeto, acreditar que vamos privatizar as praças e os parques em Porto Alegre e que o porto-alegrense vai ter que pagar ingresso para entrar em todas as nossas praças. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (MDB): Obrigado, Ver. Moisés. O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde, senhoras e senhores, público que nos assiste pela TVCâmara, colegas municipais que acompanham o nosso trabalho na tarde de hoje, vereadores e vereadoras, eu subo à tribuna, em tempo de liderança do meu partido, o PSOL, e agradeço à Ver.^a Fernanda Melchionna, líder da nossa bancada, e ao colega Roberto Robaina. Eu gostaria de comentar alguns projetos que estão previstos para entrar em debate na Reunião Conjunta das Comissões. Alguns deles de autoria de vereadores, outros de autoria do governo municipal. Eu destaco que nós temos debatido na Câmara, desde o início de 2017, alguns projetos de autoria do Executivo que tratam do transporte público na nossa Cidade. O governo municipal apresenta para debate na Reunião Conjunta das Comissões dois projetos que poderão impactar significativamente o bolso da população porto-alegrense. Nós temos, desde 1985, a possibilidade de que pessoas de 60 a 65 anos de idade, que comprovem baixa renda, tenham a isenção do transporte público na Capital. Eis que o prefeito Nelson Marchezan Júnior quer revogar essa isenção. Diz o projeto que as pessoas que já têm concedido o benefício precisarão fazer o cadastramento e, comprovada a insuficiência de fundos, poderão mantê-lo, mas não serão concedidas novas isenções dentro dessa faixa. Ou seja, todas as pessoas que chegarem aos 60 anos, mesmo não tendo condições de arcar com os custos da nossa

pág. 20

alta tarifa de transporte público, não poderão usar a nossa frota de ônibus. Sabemos que Porto Alegre é a Capital que apresenta a maior população idosa do Brasil, e retirar esse direito, concedido desde 1985, é mais uma das maldades que o prefeito faz com a sua população, principalmente a população que mais precisa, que é a população idosa e carente. Não querendo apenas fazer maldade com as pessoas idosas, também propõe a retirada do benefício do meio passe escolar, recortando uma renda familiar de três salários mínimos, ou seja, todos os estudantes desta Capital que tiverem uma renda familiar – renda familiar, não é renda individual – superior a três salários mínimos terão negado o benefício do meio passe estudantil. Essa lei foi criada para aumentar as chances das crianças e dos adolescentes concluírem seus estudos, facilitar o acesso às escolas. Se nós tivéssemos um transporte público eficaz, com linhas que comunicassem todos os bairros da Capital... Não! Além de cortar o meio passe estudantil para muitas pessoas desta Cidade, o prefeito também institui o máximo de 50 passagens mensais. Hoje nós temos 50, 75, 100 e até 150 passagens, dependendo da região onde o estudante mora e onde são as suas atividades educacionais e pedagógicas. Se a pessoa tiver atividades ou aulas em mais de dois locais, pode aumentar o número de passagens. Eis que, com o máximo de 50 passagens, nós vamos ter um crescimento da evasão escolar, e a evasão desta Cidade é enorme. É isso o que a Prefeitura quer? Retirar o direito das crianças e dos adolescentes de irem para a escola? Colocar as famílias em maiores dificuldades econômicas? Eu acredito que é essa a intenção. O Ver. Cláudio Janta utiliza, desde o ano passado, uma frase que retrata bem o perfil do prefeito Nelson Marchezan Júnior: é o prefeito que não gosta de pobre. Essa é a frase que melhor ilustra esta gestão, é a gestão que não gosta de pobre, que quer cobrar ingresso em praças e parques, que quer elitizar os espaços públicos. Isso é inaceitável! E mais inaceitável ainda é o desdém com relação à população que mais precisa dos serviços públicos.

Outra coisa: está precarizando o trabalho do setor que tenta controlar o surto de escorpião amarelo, está tentando invisibilizar esse problema que está crescendo – estava restrito aos bairros Lomba do Pinheiro e Centro Histórico, mas há registro de escorpião amarelo em todos os bairros desta Cidade. A Prefeitura omite essa informação. Daqui a pouco, nós começaremos a ter óbitos no Município de Porto Alegre. Isso é inaceitável, é uma irresponsabilidade!

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (MDB): Obrigado, Ver. Prof. Alex. O Ver. João Bosco Vaz está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR JOÃO BOSCO VAZ (PDT): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, tem muitos assuntos hoje que dizem respeito à nossa Cidade. Eu quero iniciar pela fala do Ver. Moisés em relação a essas PPPs. Agora, inventaram isso; no meu tempo de secretário, nós fazíamos um acordo com a participação da PGM e tudo funcionava. Agora, querem entregar as praças e os parques e os parques para a iniciativa privada. Salvo erro ou má interpretação deste vereador, esse projeto está muito mal escrito. Usar como exemplo o pedalinho da Redenção, o parquinho da Redenção, o Café do Lago, o bicicletário; pessoal, estes são espaços que já estão dentro dos parques e que são cedidos através de licitação, cessão onerosa, se paga aluguel por isso, que sempre aconteceu. Não é o governo que está aí que está “inventando a roda.” E esse projeto diz que quem fizer obras substanciais – que eu não sei o que é isso: obras substanciais – poderá reaver esse investimento, explorando o local onde ele fez obras substanciais. Vamos lá então: campo de futebol da Redenção, a empresa chega lá, faz obras substanciais, e aí ela vai cobrar da população para poder jogar no campo da Redenção!? Vamos lá no Parque Marinha, para quem não sabe aquele prédio da Secretaria Municipal de Esportes, falecida, lá era um bar; licitação, cessão onerosa. Aí alguém adota o Parque Marinha, faz obras substanciais na pista de caminhada. Quer dizer que a população vai ter que pagar para usar a pista de caminhada, porque o cidadão e a empresa que fizeram as obras substanciais terão que recuperar o dinheiro que investiram! Então, esse projeto está muito mal escrito; esse projeto precisa ser refeito; esse projeto como está, eu não voto, e vou trabalhar para que ele não seja aprovado aqui, porque depois que abrir a porteira, passou um boi, passa a boiada! E V. Exa, Ver. Nedel, que é mais governo que o próprio prefeito, desaprova o que estou dizendo aqui! E o senhor está junto comigo há cinco ou seis mandatos! O senhor já era para saber que esses espaços nos parques e praças já são explorados comercialmente pela Prefeitura, são feitas licitações, ou como funcionou o Café do Lago lá? Ou aquele parquinho como é que funciona? E o bicicletário como é que funcionava? Então, não é preciso fazer projeto aqui para entregar a Redenção toda para uma empresa, para entregar o Parque Marinha todo para uma

empresa. Veja bem, Ver. Nedel, o Zaffari, o Hospital Moinhos de Vento e uma outra empresa já adotaram, há muito tempo, o Parcão; há muito tempo, desde o tempo do Fogaça, do Fortunati, talvez antes até, com o prefeito João Verle, com o prefeito Tarso, e funciona. E mesmo assim, quando Zaffari vai lá usar o campo de futebol para poder fazer o Natal Luz, precisa dar uma compensação à Prefeitura, que é a tal essa parceria público-privada, que nada mais é do que um convênio, um papel assinado, que cansei de fazer como secretário entre a Secretaria de Esportes e entre as empresas que adotaram o Parcão, com a anuência da PGM, Procuradoria-Geral do Município. Então, Sr. Presidente, quero dizer que não é bem assim, Ver. Ferronato, Ver. Moisés, Ver. Mauro, que é o Líder, se precisa discutir muito. Entregar os parques com esse texto que está no projeto, isso não vai passar aqui, se depender de mim.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (MDB): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD): Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras; os jornais de hoje trazem uma notícia que em qualquer país do mundo seria alarmante, em qualquer país do mundo, na área de saúde, seria uma epidemia. No Brasil, infelizmente, isso tem virado uma rotina na vida das pessoas. Hoje, se noticia que, há dois anos, por amostragem, 90 mil pessoas estão desempregadas no Rio Grande do Sul, num montante de 487 mil desempregados, conforme dados do IBGE. Isso no nosso Estado: há dois anos, 90 mil pessoas não conseguem oportunidade de emprego. No nosso Estado, há dois anos, 90 mil pessoas! Isso seria um dos maiores exércitos do mundo. É um exército de desempregados, um exército de chefes de família que, há dois anos, procuram uma vaga de trabalho, há dois anos procuram uma oportunidade, há dois anos procuram a dignidade de ter um emprego. E vai mais ainda: tem um exército muito maior, que está há um ano sem conseguir emprego, que é um exército de 277 mil pessoas. Duzentas e setenta e sete mil pessoas, no nosso Estado, não conseguem emprego. No nosso País, esse exército vai a 3,2 milhões de pessoas. Isso é uma calamidade pública, são números completamente alarmantes, que não vão nos garantir, em hipótese nenhuma, nenhum nível de segurança na área da saúde, nenhum nível de segurança na

área da saúde pública, nenhum nível de segurança na área da educação e, principalmente, nenhum nível de segurança na segurança pública.

Agora se aproxima, é daqui a 22 dias, a data do Natal. Nós teremos, no Rio Grande do Sul, 487 mil pessoas vendo as propagandas dizerem que, se esses 487 mil desempregados são bons pais, bons maridos, bons filhos, boas esposas, boas mães, nessa data, teriam que dar um presente para os seus filhos, teriam que dar um presente para os seus pais, para as pessoas que amam. Nós veremos agora, nesse período, essas 3,2 milhões de pessoas serem bombardeadas com mensagens não de carinho, de fraternidade, de harmonia, de afeto, mas mensagens que presenteando, dando algo de valor, serão boas pessoas, e nós teremos esse exército de pessoas frustradas, esse exército imaginável em qualquer país do mundo, de pessoas completamente arrasadas nessa época. Não existe política pública em área nenhuma: na educação, na saúde, na segurança, que resolva esse problema, a não ser investindo na indústria nacional, a não ser investindo em políticas públicas, a não ser investindo na construção civil, a não ser investindo fortemente na área produtiva deste País e acabando com essa especulação, com esses TEDs bancários, que nós vamos fazer com que essas pessoas, que estão há dois anos, que estão há um ano sem conseguir emprego, possam sonhar por levar o sustento para a sua família, possam sonhar em ter a dignidade de voltar aos seus lares. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (MDB): Obrigado, Ver. Cláudio Janta. Solicito às lideranças que se aproximem da Mesa. (Pausa.)

Conforme acordo com as lideranças, estão encerrados os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 15h55min.)